



DSATS
Secretária-Geral
9/8/04

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
GABINETE DO MINISTRO DOS ASSUNTOS PARLAMENTARES

[Handwritten signature]

À DAPLEN
2004/08/09
[Handwritten signature]
A Direção de Serviços

Exm.ª Senhora
Secretária Geral da Assembleia da
República

Sr referência: Sr comunicação: N.º referência: Data:
Of. 92/MAP/04 4.Agosto.2004

Assunto: Resposta ao Requerimento n.º 1570/IX/04

Por determinação de Sua Excelência o Ministro dos Assuntos Parlamentares, junto envio a resposta dada por Sua Excelência o Ministro dos Negócios Estrangeiros e das Comunidades Portuguesas, ao requerimento melhor identificado em epígrafe, apresentado pelos Senhores Deputados Joaquim Ponte e Judite Jorge (PSD).

Com os melhores cumprimentos,

pel' O Chefe do Gabinete,
[Handwritten signature: Rui Crull Tabosa]
(Rui Crull Tabosa)

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Direcção de Serviços de Apoio Técnico e de Secretariado
Entrada N.º 01691 em 2004-08-09

/nl

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
4453
Gabinete da Secretária-Geral
9/08/04
Proc.º n.º 9

Ào J.º de Edição
Para preparar o expediente
10/AGU/04
Chefe de Divisão
[Handwritten signature]



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
GABINETE DO MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
E DAS COMUNIDADES PORTUGUESAS

Comunicar
Público
Paulo Jorge
Jorge

27. JUL 2004

GMNECP - 3523

Exmo. Senhor
Chefe do Gabinete de S. Exa.
o Ministro dos Assuntos Parlamentares

**Assunto: Requerimento n.º 1570/IX/2.ª, dos Senhores Deputados Joaquim Ponte e
Judite Jorge (PSD).**

Em referência ao assunto em epígrafe e ao ofício n.º 5560, de 5 do corrente, tenho a honra de junto remeter a V. Exa. a resposta ao requerimento *supra* identificado.

Com os melhores cumprimentos,

O Chefe do Gabinete,

Miguel Almeida e Sousa

GABINETE DO MINISTRO DOS ASSUNTOS PARLAMENTARES	
Entrada N.º	2703
Processo N.º	29.13001



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
GABINETE DO MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
E DAS COMUNIDADES PORTUGUESAS

**Resposta ao Requerimento nº 1570/IX/2ª,
dos Senhores Deputados Joaquim Ponte e Judite Jorge (PSD)**

1. No âmbito do controlo da aplicação do direito comunitário, a Comissão dirige comunicações aos Estados-membros em relação a diversos assuntos, por iniciativa própria ou através de queixas recebidas. O objectivo destes processos consiste essencialmente em obter esclarecimentos e informações e em procurar soluções para as dificuldades temporárias de aplicação do direito comunitário. À semelhança dos Governos dos outros Estados-membros, o Governo Português recebe regularmente estas comunicações, estabelecendo um diálogo com a Comissão através do fornecimento de elementos de informação ou de esclarecimentos adequados que permitam o seu arquivamento.
2. Estes procedimentos desenvolvem-se em três fases. São desencadeados por uma carta administrativa inicial, a que se segue eventualmente uma carta de notificação, nos termos do artigo 226º do Tratado, e, no final, é comunicado o parecer fundamentado. Em todas estas fases segue uma carta de resposta das autoridades portuguesas, contendo os elementos pedidos, os esclarecimentos necessários ou outros dados pertinentes destinados a procurar soluções que permitam ultrapassar as dificuldades encontradas na aplicação do direito comunitário. O diálogo com a Comissão pode ser completado com reuniões ocasionais inter-serviços. Em relação às matérias que, pela sua natureza, podem levantar dificuldades, realizam-se reuniões com os serviços da Comissão, que se deslocam aos Estados-membros para analisar com as autoridades nacionais as dificuldades surgidas e os meios de as ultrapassar. Estas são designadas reuniões globais e, em geral, realizam-se anualmente no que respeita a assuntos do direito do ambiente, direito dos contratos públicos e transposição de directivas.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
GABINETE DO MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
E DAS COMUNIDADES PORTUGUESAS

3. Actualmente, as comunicações recebidas pelo Governo Português que envolvem a Região Autónoma dos Açores são as seguintes:
- a) Pedido de informação sobre o concurso relativo à variante ER 1 -1ª, em Ponta Delgada, troço nó de São Gonçalo/Aeroporto. Carta administrativa, respondida em 5.3.2001.
 - b) Expedição de açúcar dos Açores para o Continente, beneficiado pelo regime específico de abastecimento. Resposta à carta de notificação complementar em 18.2.2004. No processo C-282/00, o Tribunal de Justiça declarou que a determinação das quantidades de açúcar que constituem correntes tradicionais deve ser definida pelo juiz nacional. O tribunal de Ponta Delgada está a apreciar este assunto.
 - c) Pedido de informações sobre descargas de águas residuais industriais para o mar, em Angra do Heroísmo. Comunicação de parecer fundamentado respondida em 19.2.2004. Dadas as dificuldades iniciais, a Comissão propõe-se submeter o assunto ao Tribunal de Justiça. Em 7.7.2004, decidiu suspender esta sua decisão enquanto aguarda pela solução definitiva desta dificuldade.
 - d) Pedido de informação sobre o tratamento das águas residuais urbanas e utilização agrícola de lamas de depuração na Região Autónoma dos Açores. A comunicação do parecer fundamentado foi respondida em 19.9.2003.
 - e) Pedidos de informação sobre remodelação e ampliação de um edifício “Bar da Caloura” em Lagoa. A carta administrativa foi respondida em 19.2.2003.
 - f) Pedido de informação sobre a legislação de colocação de professores na Região Autónoma dos Açores. A Carta da notificação é recente e a resposta deverá seguir dentro do prazo, antes de 9.9.2004.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
GABINETE DO MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
E DAS COMUNIDADES PORTUGUESAS

- g) Pedido de informações sobre o Decreto Legislativo Regional nº 2-A/2003/A que cria a SPRHI, S. A. A resposta à carta administrativa seguiu em 5.7.2003.
 - h) Pedido de informações sobre a aplicação da legislação referente ao acesso à profissão de transportador rodoviário nos Açores. A resposta complementar à carta administrativa seguiu em 1.3.2004.
 - i) Pedido de informações sobre as obras de execução da central termo-eléctrica no Caldeirão, em São Miguel. A resposta à carta administrativa seguiu em 23.6.2004.
 - j) Pedido de informação sobre a concessão à SATA da exploração de vários aeródromos nos Açores. A resposta à carta administrativa seguiu em 6.4.2004.
 - l) Pedido de informação sobre a concessão à cooperativa de pescadores da Ribeira Quente da gestão do porto de pesca. A resposta à carta administrativa seguiu em 12.7.2004.
 - m) Pedido de informação sobre a concessão rodoviária SCUT, em São Miguel. A resposta à carta administrativa está na fase final de elaboração, a fim de seguir para a Comissão.
4. Finalmente, cabe referir que em relação a estes processos não ocorreu qualquer suspensão de financiamentos de projectos aprovados.